

• Política

Pioneirismo e tecnologia

Mangels

CONSTITUINTE

Recorde de ausências é de Bouchardet, que já faltou a 88% das sessões

O deputado Paulo Delgado (PT-MG) vai requerer, pela quinta vez, à Mesa da Constituinte, providências de punição contra os dezesseis parlamentares que faltaram a mais de um terço das sessões de votação da futura Constituição e que são passíveis de ter seus mandatos cassados com base nos regimentos internos da Câmara e do Senado, segundo determinação da Constituição vigente, informa a EBN.



Mário Bouchardet

O deputado Mário Bouchardet (PMDB-MG), que encabeça uma lista de dezesseis parlamentares mais ausentes dos trabalhos da Constituinte, segundo levantamento feito por Delgado, deixou de comparecer a nada menos do que 88,32% das sessões no período de 3 de janeiro de 1987 a 29 de janeiro deste ano — relata o repórter Zanoni Antunes, de Brasília. De posse desses dados, Delgado quer ver esses parlamentares com seus mandatos cassados. Procurado ontem por este jornal, Bouchardet não foi encontrado.

Para isso, o deputado petista está invocando os artigos 253 do regimento interno da Câmara e 36, do Senado. Delgado está recorrendo a esses artigos porque o regimento interno da Constituinte não prevê a cassação por ausência. Nesse caso, o constituinte petista pretende, por analogia, aplicar os regimentos da Câmara e do Senado que prevêem a perda do mandato para o parlamentar que deixar de comparecer a mais de um terço das sessões convocadas. Até ontem, a Constituinte já havia realizado 220 sessões.

Os parlamentares são: Mário Bouchardet (PMDB-MG) — 165 — 88,32%; Felipe Cheide (PMDB-SP) — 162 — 86,17%; Raul Belém (PMDB-MG) — 143 — 76,52%; Mattos Leão (PMDB-PR) — 139 — 74,34%; Mário de Oliveira (PMDB-MG) — 127 — 67,92%; Milton Lima (PMDB-MG) — 125 — 66,85%; Messias Soares (PMDB-RJ) — 105 — 55,14%; Osvaldo Coelho (PFL-PE) — 99 — 52,94%; Roberto Campos (PDS-MT) — 95 — 50,81%; Bosco França (PMDB-SE) — 81 — 43,08%; Márcio Braga (PMDB-RJ) — 73 — 38,82%; Olavo Pires (PMDB-RO) — 71 — 37,97%; Harlan Gadelha (PMDB-PE) — 68 — 36,37%; Mendes Botelho (PTB-SP) — 66 — 35,29%; Mauro Borges (PDC-GO) — 63 — 33,69%; Davi Alves (PDS-MA) — 62 — 32,97%.

Delgado já apresentou dois projetos de resolução, um obrigando a Mesa da Constituinte a divulgar, diariamente, o nome dos faltosos no Diário da Constituinte, e outro cassando o mandato dos parlamentares que tenham faltado a mais de um terço das sessões. Além disso, apresentou dois requerimentos à

Negociação sobre o sistema de governo

por Cristina Magalhães de Brasília

O senador Humberto Lucena (PMDB/PB) reuniu ontem no seu gabinete constituintes presidencialistas. O objetivo da reunião foi estudar a fusão de várias emendas que possibilitem a implantação de um sistema de governo presidencialista que fortaleça o Legislativo. Para tanto já está sendo admitida a inclusão da figura do primeiro-ministro, contida na emenda do deputado Manoel Moreira. O primeiro-ministro indicado pelo presidente da República, aprovado pelo Senado e demissível pela Câmara. Outra possibilidade seria a de que ao Legislativo somente competisse censurar a atuação do primeiro-ministro no parlamento. Segundo Lucena, essa censura já seria suficiente para possibilitar a saída voluntária do primeiro-ministro do governo.

Os constituintes também estão negociando a moção de censura ao gabinete. Há resistências em se aceitar a moção de censura coleti-

“A essência do sistema é inegociável”

por Zanoni Antunes de Brasília

“A essência do sistema é inegociável; ou é parlamentarismo ou é presidencialismo.” Essa foi a reação do senador José Richa (PMDB-PR) — partidário do parlamentarismo —, à tese defendida pelos presidencialistas que propõem a fusão das emendas em discussão na Constituinte sobre os dois sistemas de governo. O impasse está à vista.

Para o senador paranaense,

o que pode ser negociado com os presidencialistas é a data para a implantação do parlamentarismo no Brasil. Richa concorda que a sua adoção poderá acontecer após o término do mandato do presidente Sarney, “desde que o mandato seja fixado em quatro anos”, ressaltou.

A proposta de só implantar o parlamentarismo no final do governo Sarney é do líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS). Ele argumentou com o senador José

Richa que a tese pode dividir opiniões, mas que, por outro lado, não divide votos. Ou seja, o líder pedemebista entende que a proposta pode provocar discussões entre os parlamentaristas, sem jamais, contudo, provocar dissidências entre os parlamentaristas.

Ibsen Pinheiro é favorável que se afastem do processo de negociação os elementos complicadores, como a duração do mandato, para que seja votado primeiro o sistema

de governo. Ele argumenta que, entre parlamentaristas, há divergências com relação à duração do mandato presidencial.

Embora afirme que a adesão dos presidencialistas à tese parlamentarista é praticamente inevitável, o senador José Richa, todavia, é favorável a um acordo entre os partidários dos dois sistemas de governo. “Qualquer sistema de governo tem que ser aprovado por larga margem de votos”, aconselhou.

va, por ser uma prática tipicamente parlamentarista. Melhor seria, na visão dos presidencialistas, a moção individual de censura aos ministros, que só ocorreria através da aprovação de dois terços do Congresso.

O senador explicou que nada ainda está decidido porque é preciso “muito cuidado para não se ter um sistema que, pelo seu hibridismo, se torne inviável”.

O senador Marco Maciel (PFL/PE) disse que três pontos estão em aberto: escolha do tipo de moção de censura a ser adotada — se individual ou coletiva; o mandato presidencial — a sua duração será votada em separado; e o número de conselhos — se apenas um conselho de ministros ou o seu desdobramento em dois, um denominado conselho da República, com a função de determinar as di-

retrizes políticas; e o de defesa, com a responsabilidade de resguardar as instituições.

A idéia dos presidencialistas, é atrair para a sua proposta constituintes indecisos e até mesmo parlamentaristas que aceitariam um sistema presidencialista desde que fosse fortalecido o Legislativo.

Os presidencialistas se reúnem novamente hoje para tentar definir as fu-

sões que serão realizadas sobre o texto básico da emenda coletiva encabeçada pelo senador Humberto Lucena, que tem a assinatura de 352 constituintes.

Essa emenda tem preferência de votação sobre a do deputado Egídio Ferreira Lima, que obteve 341 assinaturas e propõe o parlamentarismo.

Na reunião de ontem foi discutida a época de implantação do sistema de go-

verno, outra questão que divide os constituintes. Os parlamentaristas desejam a implantação desse sistema a partir da entrada em vigor da nova Constituição.

O presidencialismo com um parlamento forte, sistema através do qual se fortalece o Congresso Nacional com a manutenção do princípio da autoridade do presidente da República, foi defendido ontem, no Rio, pelo governador do Paraná, Alvaro Dias. Ele acredita que este é o sistema de governo ideal para o País, enquanto se aprimora para adotar o parlamentarismo. Alvaro Dias disse isso à EBN durante homenagem que lhe foi feita por empresários do Rio de Janeiro, em almoço na Associação Comercial.

Embora reconheça o parlamentarismo como a melhor forma de governo, o governador do Paraná entende que sua adoção, agora, poderia representar a instabilidade e a insegurança dos setores produtivos. O sistema parlamentarista, segundo ele, exige pressupostos ainda não alcançados no Brasil.

Um novo caso de fraude na votação em plenário

Mais um caso de “pianista” nas votações da Constituinte. Desta vez foi o deputado César Cals Neto (PDS-CE), que denunciou ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que haviam votado com o seu código, mesmo estando ele presente à sessão legislativa. De acordo com Cals Neto, existem duas explicações para o fato. A primeira seria um erro, ou acidente, de alguém que querendo votar o fez de forma errada, digitando, por coincidência, o seu código. A outra explicação é que pode estar existindo alguém querendo desmoralizar o sistema de votação eletrônico, votando seguidamente em nome de outros constituintes.

“Quem assim está agindo, está tentando sabotar a própria Constituinte, pois, sem o sistema de votação eletrônico, tão cedo não teremos a conclusão das vo-

tações e a promulgação do texto constitucional”, disse o deputado, que, depois de suscitar uma questão de ordem sobre o assunto, pediu providências ao presidente Ulysses Guimarães, que prometeu mandar investigar, conforme a EBN.

Enquanto isso, o corregedor da Constituinte, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), está disposto a reabrir as investigações para identificar quem votou em nome do deputado José Sarney Filho (PFL-MA). A reabertura deve-se às pressões recebidas depois que a comissão de investigações, nomeada pela presidência, não chegou a uma conclusão definitiva. Por exigência de alguns parlamentares, que pretendem, inclusive, mandar fazer a perícia das fotos por conta própria, a Mesa da Constituinte, principalmente o corregedor, está disposta a seguir as investigações.

O efeito da crise, segundo Pedro Simon

As sucessivas crises no governo federal, como a última alteração da equipe econômica, estão servindo para reverter o voto de muitos presidencialistas na Assembleia Nacional Constituinte. Dessa forma, ao contrário do que previa há um mês, o governador Pedro Simon apostou ontem que o sistema parlamentarista de governo será aprovado pela Constituinte. E como tem certeza de que o sistema de governo será aprovado, ele até mesmo deixou de preocupar-se com a defesa do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney.

“Com parlamentarismo, tanto faz um mandato de quatro, cinco ou seis anos para o presidente”, afirmou Simon, que viajará a Brasília tão logo seja confirmada a data da votação do sistema de governo pela Constituinte. O governador não quis falar sobre a hipótese de aprovação do presidencialismo sob argumento de que isso constituiria um quadro novo que deverá ser analisado no momento oportuno.

Simon lembrou que o regime presidencialista é o responsável pelas sucessivas crises políticas que o País atravessa.